

«A DEMOLIÇÃO DO MERCADO DO BOLHÃO DO PORTO»

Não podem deixar de manifestar, publicamente, a sua total discordância e solicitar às Entidades e Organismos de Tutela, que impeçam esse “acto de puro mercantilismo”, que pode ser «A Demolição do Mercado do Bolhão», já autorizada pela Câmara Municipal do Porto, num desrespeito absoluto pelo Património Arquitectónico e Cultural, praticando a vergonhosa acção de estar a desactivar-se um dos mais emblemáticos símbolos do Comércio Tradicional da cidade, construído durante a Primeira Guerra Mundial, para dar lugar a mais um centro comercial.

Em tempo de Paz, urge impedir a demolição anunciada e salvaguardar o respeito pelo Património Arquitectónico e Cultural da cidade do Porto, cujo Mercado do Bolhão, mesmo com as patologias construtivas visíveis nas faces do edificado, tem a possibilidade de ser Reabilitado segundo Padrões e Conceitos Arquitectónicos Evoluídos, com respeito pelos Justos Interesses Económicos, Patrimoniais e Culturais.

Porque consideram claro, o perfil esquemático divulgado pelo promotor imobiliário e a autorização da Câmara do Porto, sobre a conseqüente demolição de todo o seu interior, até às paredes periféricas, numa atitude de «*Fachadismo*», em tudo muito semelhante ao período da «*Especulação Imobiliária*», para o preenchimento de todo o seu interior, com “placas de betão”, até à cobertura do Mercado e a sua exploração durante meio século, num total desrespeito pela característica compositiva e funcional.

Porque,

- Se trata da perda, em absoluto, de um dos maiores símbolos Patrimoniais e Culturais da Cidade do Porto, caso se implemente a actual proposta!

Porque,

- Num Estado de Direito, deve ser exercido o “Contraditório”, numa matéria tão sensível, como a Destruição do Património!

Reclamam,

Aos Responsáveis, pela Preservação e Salvaguarda do Património Arquitectónico e Cultural, que rejubilem à celeridade dos Serviços, na salvaguarda deste tão valioso Património Arquitectónico Cultural que é “O Mercado do Bolhão”, na cidade do Porto, edificado no primeiro quartel do SÉC. XX (1914).

Para tanto,

Apresentam em tese, o que julga não respeitado e cumprido na actual proposta de intervenção de demolição, parte integrante do actual Edifício e Mercado, tendo por base os seguintes fundamentos e valores para a salvaguarda do Património Edificado:

1. A Manutenção do Mercado do Bolhão Aberto pelo seu interior;
2. A Manutenção das características compositiva e funcional;
3. A Manutenção da axialidade funcional e de acesso ao seu interior;
4. A Manutenção do Terrado como Mercado Tradicional de bens alimentares perecíveis;
5. Manutenção da Galeria aberta para o Terrado;
6. Manutenção da estrutura da cobertura em “madeira de Riga”, incluindo as cúpulas, a Sul, pela sua beleza arquitectónica;
7. A Manutenção do Mercado do Bolhão como Património Arquitectónico de Interesse Público;

Que a Reabilitação,

1. Implemente as necessárias infra-estruturas Técnicas, Mecânicas e Funcionais;
2. Utilize os Conceitos Arquitectónicos Internacionalmente reconhecidos para a Reabilitação do Património;
3. Integre os Mercadores e Comerciantes existentes no Mercado e sejam tratados, de facto e de direito, como parceiros;
4. Possibilite a divulgação dos Conceitos de Reabilitação, aos Cidadãos, tornando o Projecto e a Obra participada, exercitando as regras democráticas e o reforço do Estado de Direito.

Que refutam,

A hipocrisia e a omissão de palavras e de actos,

- Na comunicação do “Gestor Responsável do Centro Histórico do Porto” ao Senhor Presidente da Comissão Nacional da UNESCO ao ser-lhe transmitido que: «O edifício onde está instalado o Mercado do Bolhão não se encontra situado na Área do Património Mundial da cidade do Porto, nem sequer na sua Área de Protecção,
- Da publicidade, em todas as portas do edifício do Mercado, anunciando “*Viva o Mercado do Bolhão*”, quando o promotor imobiliário, com autorização da Câmara, se propõem demolir, para dar corpo ao seu programa económico, apresentado e aprovado pela Câmara;
- Total ignorância, pelo Edital 10/97 da Câmara do Porto, sobre o Mercado do Bolhão, que o classifica como “Património de Interesse Público, desde 23 de Outubro de 1997”,

Pelo exposto solicitam:

Que accionem todos os meios disponíveis para manter vivo e reforçar, o tecido Humano e Empresarial do Mercado do Bolhão, na sua estrutura compositiva e de Jurisdição Municipal, legando aos Vindouros um dos maiores símbolos Arquitectónicos, de Monumentalidade e Implantação na Cidade, alegórico da Terciarização no Sec. XIX e XX, sem comprometer o Bem Público nos próximos 50 anos, meio século.

Os Autores do Manifesto e Movimento Cívico:

DANIEL FERNANDO DA SILVA SANTOS, Profissional de Produção e Tecnologias da Música

FILIPE MASSENA, Arquitecto

ADRIANO REIS, Finalista de Arquitectura

ANA SOFIA GASPAS, Finalista de Arquitectura

CLARA MARIA MASCARENHAS VIANA, Finalista de Arquitectura

DANIELA RIBEIRO TEIXEIRA, Finalista de Arquitectura

GISELA FERREIRA, Finalista de Arquitectura

SNEHA KUMAR, Finalista de Arquitectura

TÂNIA CRUZ, Finalista de Arquitectura

CÍNTIA PIRES, Estudante de Arquitectura

DIOGO MASSENA, Estudante de Arquitectura

MAFALDA MENDONÇA, Estudante de Arquitectura

RAFAELA TELES, Finalista de Medicina

(1) na qualidade de:

, Mestre em Restauro e Reabilitação do Património, Autor do Projecto de Reabilitação do Mercado do Bolhão, aprovado em Outubro de 1998 pela Câmara do Porto, pelo IPPAR, por Todas as Entidades e Organismos Oficiais de Tutela, por um Júri, aquando do Concurso público, constituído pela Faculdade de Arquitectura do Porto, Ordem dos Arquitectos, Prof. Arq.to Castel-Branco, Prof. Arq.to Siza Vieira, entre outras Personalidades e Organismos), que lhe atribuí-o o Primeiro Prémio, com distinção e cujo Projecto de Execução, foi levado à Universidade de Alcalá de Henares, em Espanha, no âmbito dos Estudos Superiores que o autor desenvolveu, sobre Reabilitação de Património, tendo sido rejubilado em 1997, pelos Mestres, o Conceito utilizado para a intervenção.

O Projecto de Execução para a Reabilitação do Mercado do Bolhão, foi Aprovado em 1998, cujo valor da obra se estima em 12,5 milhões de euros, foi pago e ignorado pelo Município, num total desrespeito!